

-----A C T A-----

-----Acta da Reunião ordinária de 19 de Dezembro de 2005-----

-----Aos dezanove dias do mês de Dezembro do ano de dois mil e cinco nesta cidade de Almeirim e na Sala de Reuniões do Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Almeirim, encontrando-se presente a Chefe de Repartição, Graciete Maria do Pereiro Romão, compareceram para a reunião de hoje, os membros da Câmara deste Concelho, Excelentíssimos Senhores:-----

-----Presidente da Câmara, José Joaquim Gameiro de Sousa Gomes e Vereadores Francisco Manuel Maurício do Rosário, Maria Manuela dos Santos Ferreira Cunha, Pedro Miguel César Ribeiro, Maria Joana Vidinha Batista e Morais Silvestre, Pedro Miguel Sirgado Pisco dos Santos e José Carlos Silva.-----

-----Sendo quinze horas e dois minutos assumiu a presidência o Senhor Presidente da Câmara, após a que os restantes autarcas tomaram os seus lugares, tendo aquele declarado aberta a reunião.-----

-----ACTAS - Foi presente a acta da reunião de vinte e um de Novembro, previamente distribuída a todos os autarcas e cuja leitura o executivo deliberou dispensar, que foi aprovada com alterações e com a abstenção do Sr. Vice-Presidente, por não ter participado na mesma reunião.-----

-----Foi ainda presente a acta da reunião de cinco de Dezembro de dois mil e cinco, que foi objecto de alterações e será presente à próxima reunião.-----

-----PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

-----No Período Antes da Ordem do Dia usou da palavra a Sr^a Vereadora Manuela Cunha que chamou outra vez a atenção para que sejam tomadas medidas para tapar a antiga passadeira no cruzamento da Rua Bernardo Gonçalves com a Rua dos Aliados, que não foi bem tapada e dá origem a confusões.-----

-----ORDEM DO DIA-----

-----1 - OBRAS PARITCULARES-----

-----PROJECTOS DE ARQUITECTURA - O Sr. Presidente deu conhecimento dos despachos de deferimento proferidos em projectos de arquitectura dos processos de obras abaixo designados, ao abrigo da delegação de competências:-----

-----Vitor Manuel Desterro Cunha, cento e oito de dois mil; Sociedade Agrícola Lezíria da Palmeira, Ld^a, trezentos e trinta e oito de dois mil e quatro; Raul Francisco da Cruz Rocha, duzentos e três; Irene Maria Fidalgo Ribeiro Ventura, duzentos e setenta e seis; Jorge Miguel Rita Pinheiro, duzentos e oitenta e seis; e António José Nunes Branco, duzentos e noventa e sete, todos de dois mil e cinco.-----

-----PROJECTOS GLOBAIS - O Sr. Presidente deu conhecimento dos despachos de deferimento em sede de projectos globais respeitantes aos processos de obras a seguir identificados, ao abrigo da delegação de competências:-----

-----Amândio Eusébio Ventura, noventa e dois de noventa e nove; O Príncipe - Sociedade Hoteleira de Almeirim, Ld^a, sessenta e sete de dois mil e um; Obritalha - Compra e Venda de Propriedades e Construção Civil, Unipessoal, Ld^a, trinta e dois A e trinta e três A; COOPEAL - Cooperativa de Habitação Económica de Almeirim, CRL, duzentos e vinte e três, todos de dois mil e quatro; Marie Pierrette Capdeville Lacarrère, setenta e sete; Hugo Runa Duarte Pereira Inácio, cento e cinquenta e um; Maria João Moreira Escrevente, cento e sessenta e sete; Alfredo Manuel de Jesus António Légua, cento e noventa e sete; Elvira Lucília Neves da Silva Muge, duzentos e trinta; Tamoi - Construções, Ld^a, duzentos e noventa e quatro; e Beatriz Gonçalves Gomes Pereira Sousa, duzentos e noventa e nove, todos de dois mil e cinco.-----

-----REDE DE GAS - O Sr. Presidente salientou que, por

deliberação de dezassete de Dezembro de dois mil e um, foi dispensada a apresentação de projecto de rede de gás em projectos de construção de moradias individuais, a exemplo das demais câmaras do país, com base no pressuposto de que não fazia sentido pedir projectos de rede de gás para certos pontos do país para os quais existe de antemão a certeza que a rede de gás natural não vai lá chegar tão depressa. Verifica-se agora que os serviços da DHU têm dificuldade em cumprir a deliberação, necessitando um esclarecimento.-----

-----Consultado o Sr. Arqº Forte, que se deslocou à reunião, foi explicada a dificuldade de executar aquela deliberação e, perante a leitura do teor da mesma, foi dito não existir qualquer necessidade de esclarecimento adicional, resultando a confusão duma interpretação errada pelos serviços.-----

-----Assim sendo, é mantida a deliberação acima citada, sendo necessária a apresentação de projectos de rede de gás apenas para edifícios de habitação colectiva.-----

-----LOTEAMENTO - Foi novamente presente o processo número um de dois mil e quatro, de José João da Silva Guardiano e outros, com vista ao loteamento na Rua Luís de Camões e Rua Projectada, em Fazendas de Almeirim, em cuja operação são criados três lotes para construção de moradias unifamiliares, cabendo ao executivo deliberar a opção entre a cedência ao domínio público de cento e oitenta e nove metros quadrados e a compensação financeira em substituição da cedência.-----

-----O Sr. Presidente comunicou o pedido do promotor para que seja a autarquia a efectuar as infraestruturas, mediante a elaboração prévia de contrato de urbanização e pagamento dos respectivos custos.-----

-----A Srª Vereadora Manuela Cunha comunicou a sua posição, que se reflectirá em todas as futuras deliberações análogas, de que, contrariamente ao que tem sido feito até agora, excepto quando estiverem em causa parcelas muito pequenas, no máximo com cem metros quadrados, será sempre a favor da cedência de terrenos ao

domínio público.-----

-----Submetido o assunto a votação, a Câmara deliberou por maioria, com seis votos a favor, aceitar a compensação financeira, em substituição da cedência do terreno ao domínio público. Mais deliberou executar as infraestruturas necessárias e previstas no projecto, com pagamento dos custos por parte do loteador, para o que deverá ser celebrado contrato de urbanização.-----

-----Votou contra a Sr^a Vereadora Manuela Cunha que ditou a seguinte declaração de voto: «Votei neste caso como votarei em qualquer outro em que esteja em causa a cedência de mais de cem metros quadrados, excepto se houverem na zona todos os equipamentos necessários, incluindo grandes áreas de estacionamento, em que votarei sempre a favor da cedência ao domínio público. Sendo que o parecer do jurista que faltava e invocado há pouco, vem no sentido de considerar o estacionamento como equipamento, reforça ainda mais a minha opinião, visto que a carência de equipamentos no Concelho de Almeirim são já uma constante que afecta a qualidade de vida no espaço urbano. Estes lotes têm estacionamento privativo dos residentes, mas vêm, em geral, trazer também uma necessidade de estacionamento suplementar na via pública e por isso, a utilização do espaço destinado a equipamento nos loteamentos, parecia-me uma atitude salutar para o Concelho, atendendo a que o Município não dispõe de propriedade sua para esse fim, parece-me que as possibilidades oferecidas pela lei não deviam ser desperdiçadas».-----

-----O Sr. Presidente justificou o seu voto porque os cento e oitenta e nove metros quadrados em causa, localizados naquele loteamento, não iriam trazer nenhuma vantagem para a vila de Fazendas de Almeirim. Disse ainda que os valores da compensação financeira, em situações semelhantes, devem ser revistos a nível do Regulamento Municipal, tendo como base uma avaliação real dos terrenos no local.-----

 -----**3 - REQUERIMENTOS DIVERSOS**-----

-----DIREITO DE SUPERFÍCIE - Foi presente o requerimento de António Manuel da Piedade Constantino Gouveia solicitando certidão comprovativa do eventual exercício do direito de preferência na venda que vai fazer da fracção autónoma correspondente ao terceiro andar esquerdo do bloco vinte e três da Rua Vinha do Santíssimo, em Almeirim.-----

-----A Câmara deliberou não usar o direito de preferência.-----

-----Atendendo a que, por pedido formulado há vários anos pela COOPEAL - Cooperativa de Habitação Económica de Almeirim, vem sendo exigida declaração comprovativa de que o vendedor tem regularizada a situação com aquela Cooperativa, que a mesma já informou verbalmente que todos os possíveis vendedores cumpriram as suas obrigações, e porque tal exigência reflecte uma situação de intromissão nas relações entre entidades particulares, a Câmara deliberou deixar de exigir a declaração da COOPEAL nos pedidos relativos ao direito de preferência na transmissão de fracções autónomas.-----

-----URBANIZAÇÃO DO ALQUEVE - Presente o requerimento de Sérgio Fernando Botas Policarpo, a quem foi autorizada a hipoteca do seu lote número cento e quarenta da Urbanização do Alqueve, em Benfica do Ribatejo, para efeitos de construção, solicitando que a Câmara reconheça a subsistência da hipoteca mesmo em caso de reversão e que autorize a venda do imóvel antes de decorridos cinco anos da data de emissão da licença de utilização, em caso de execução de dívida relacionada com o empréstimo à construção.

-----A Câmara deliberou deferir o pedido, com a abstenção da Sr^a Vereadora Manuela Cunha.-----

-----ZONA DE ACTIVIDADES ECONÓMICAS - Foi presente o requerimento de André Neves Dias solicitando a compra da raiz da propriedade dos lotes números vinte e quatro e quarenta e um-A da Zona de Actividades Económicas de Almeirim, anterior Zona

Industrial.-----

-----A Câmara deliberou vender ao preço de um euro e vinte e cinco cêntimos por metro quadrado, nos termos do Artigo trinta do respectivo Regulamento.-----

-----**5 - DELIBERAÇÕES DIVERSAS**-----

-----GRUPO PARLAMENTAR DO PCP - A Câmara tomou conhecimento da comunicação do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português na qual transmite a rejeição por maioria parlamentar, do seu pedido de inclusão no Orçamento de Estado para dois mil e seis de quatro obras que considera indispensáveis à melhoria das condições de vida das populações do Distrito, três delas no Concelho de Almeirim.-----

-----TRANSFERÊNCIAS - Foi presente a carta da Associação de Apoio às Famílias de Fazendas de Almeirim, solicitando apoio para a compra de uma máquina de lavar roupa industrial, no valor de quatro mil novecentos e quarenta euros acrescido de IVA.-----

-----A Câmara deliberou atribuir uma transferência correspondente ao valor de cinquenta por cento do custo da máquina.-----

-----VIRTUALIZAÇÃO DE RECEITA - Foram presentes três informações do Serviço de Águas, respeitantes a pagamentos que não foram efectuados por seis municípios, no total de seiscentos e oitenta e quatro euros e vinte e oito cêntimos.-----

-----A Câmara deliberou proceder ao débito ao Tesoureiro das respectivas dívidas.-----

-----ALDESP, EM - ALDESC, EM - O Sr. Presidente apresentou a proposta de alteração dos Estatutos da ALDESP - Empresa Pública Municipal de Gestão dos Espaços e Equipamentos Desportivos, EM, com vista à sua transformação em ALDESC - Empresa Pública Municipal de Gestão dos Espaços e Equipamentos Desportivos e

Culturais, EM, previamente distribuídos a todos os membros do executivo.-----

-----A Sr^a Vereadora Manuela Cunha apresentou uma proposta de adiamento desta deliberação, do seguinte teor:-----

-----«Considerando que a entrega dos equipamentos e da actividade cultural à gestão de uma empresa municipal veio a este Executivo pela primeira vez hoje (quando questionado por mim há cerca de mês e meio o Sr.º Presidente afirmou que ainda nada havia) sob forma de alteração aos estatutos da ALDESP, EM., sem nenhum documento, sem nenhuma discussão previa, onde tivessem sido apresentadas as razões desta proposta, os objectivos desta entrega, os benefícios daí decorrentes para a vida municipal e para as populações, os custos e benefícios financeiros desta opção;-----

-----Considerando que esta proposta tem implicações de tal ordem no funcionamento da Câmara, dos seus serviços e dos trabalhadores que merece uma reflexão e um debate aprofundado dos órgãos municipais;-----

-----Considerando que a ponderação séria do assunto por todos os eleitos da Câmara e da Assembleia Municipal deveria ser sustentada num documento que clarificasse os objectivos desta entrega e num estudo prévio que apresentasse as vantagens e os inconvenientes de tal proposta;-----

-----Estando convicta que desta reflexão e deste debate sairão sempre contributos positivos qualquer que seja a decisão final, proponho que:-----

-----1 - Seja adiada a deliberação em relação à alteração de estatutos da ALDESP, EM. até que haja um debate neste Executivo e na Assembleia Municipal relativo à opção de entrega da gestão dos equipamentos e actividades culturais a uma empresa.-----

-----2 - Este debate deverá acontecer após a entrega pelos proponentes desta proposta de um documento que defina os objectivos e vantagens da mesma, os custos inerentes a esta opção e a organização futura da nova empresa.»-----

-----O Sr. Presidente disse que a referida alteração dos

Estatutos e do nome da empresa é suficientemente clara e perceptível e configura o alargamento da área de intervenção da empresa, com vista a possibilitar uma economia de custos de serviços que podem ser rentabilizados, adaptando a gestão dos equipamentos culturais a uma gestão sectorial global com a área do desporto, o que é de todo vantajoso. Pedir um adiamento da votação da proposta não colhe, já que os Estatutos aqui apresentados alterados e previamente distribuídos são suficientemente claros para permitirem uma votação consciente, hoje. Ademais, as alterações não são tão profundas que justifiquem o adiamento da votação, consagrando-se ainda a possibilidade de introduzir as alterações entendidas convenientes. Por isso deixa à discussão do executivo a proposta da Sr^a Vereadora.-----

-----O Sr. Vereador Pedro Pisco dos Santos referiu que é importante que uma empresa municipal venha uniformizar práticas de gestão e tornar mais dinâmicos o desporto e a cultura, retirando de uma estrutura napoleónica que é o Município, vertentes que se querem mais flexíveis para funcionarem bem. É necessário avaliar o impacto na actual empresa ALDESP do acréscimo de compromissos com a exploração de um outro sector de actividade, bem como os benefícios a nível da actividade cultural, advenientes de uma gestão mais flexível. Quando há alteração dos Estatutos de uma empresa, o processo deverá vir acompanhado dos estudos técnico e de viabilidade económico-financeira, o que gostaria lhe fosse facultado. Para além disso gostaria de ter conhecimento do estatuto remuneratório do administrador-delegado e como vai ser utilizado o património pela empresa. Acrescentou que será importante apresentar uma nota explicativa da viabilidade atrás referida, do impacto a nível da empresa, receitas previstas e transferências financeiras necessárias com vista à manutenção dos equipamentos culturais.-----

-----A Sr^a Vereadora Manuela Cunha disse que não é apresentado nenhum documento demonstrativo do património entregue à empresa,

quais os objectivos a prosseguir e fundamentação dos actos. Da parte do executivo considera-se que a alteração aos Estatutos é o instrumento final, sem explicar os objectivos que subjazem a essa deliberação. Como o Sr. Vereador Pedro Pisco dos Santos disse, é preciso justificar a entrega daquele património, designadamente o Cine-Teatro, em ordem a obter um enriquecimento cultural e social da população do Concelho, congregando benefícios económicos por via da gestão empresarial. E recordou que em anos transactos o Sr. Presidente defendia que este tipo de empresas não podem dar lucro, pelo que, assim, vamos somar ao já existente, outro produto não lucrativo.-----

-----O Sr. Presidente observou que não passa pela sua filosofia a política de que uma câmara tenha equipamentos culturais ou desportivos lucrativos, já que se trata de componentes sociais de valorização pessoal das populações, que não devem ser restringidos a quem os possa pagar. Os Estatutos são o primeiro passo da constituição de uma empresa e determinam as directrizes que vão definir linhas de actuação.-----

-----A Sr^a Vereadora Manuela Cunha disse que a lei obriga este tipo de empresas a ser auto-suficiente, o que não se tem verificado com a ALDESP.-----

-----O Sr. Vice-Presidente referiu que a política a prosseguir pela nova empresa é a da Câmara Municipal de Almeirim e dela depende toda a gestão da futura ALDESC, numa linha empresarial que visa agilizar toda a exploração.-----

-----O Sr. Vereador Pedro Pisco dos Santos disse que, se a empresarialização for uma forma de agilizar a exploração e a oferta de serviços culturais à população, está absolutamente de acordo, todavia, há que patentear a forma de avaliação e análise da transição, dada a alteração pretendida ao objecto social e a gestão do novo equipamento a receber pela empresa.-----

-----Sr. Vice-Presidente referiu que todo o equipamento objecto de gestão e exploração vai ser protocolado em documento que será apresentado ao executivo e à Assembleia Municipal.-----

-----O Sr Vereador Pisco dos Santos disse que se a Câmara propõe a alteração aos Estatutos é porque pressupõe determinados requisitos de funcionamento. A outra face do problema é saber o quanto implica em transferências para a empresa.-----

-----A Sr^a Vereadora Manuela Cunha disse que primeiro deviam ser apresentados os estudos e só depois a alteração aos Estatutos, o que não bloqueava o funcionamento do Cine-Teatro. Os objectivos políticos deveriam ser discutidos previamente, já que poderia haver outras formas de gestão.-----

-----Foi de seguida submetida a votação a proposta apresentada pela Sr^a Vereadora Manuela Cunha, de adiamento desta deliberação, tendo votado a favor do adiamento os Srs Vereadores Pedro Pisco dos Santos e a proponente e contra os restantes cinco membros do executivo, pelo que foi reprovada.-----

-----Em continuação, foi submetida a discussão a proposta de revisão dos Estatutos já referidos, que prevê alterações à redacção de todos os artigos, à excepção dos Artigos oitavo, décimo segundo, trinta e um, trinta e dois e trinta e seis e o acréscimo dos Artigos terceiro-A, oitavo-A, número seis do Artigo treze, treze-A, quinze-A, dezasseis-A e número quatro do Artigo vinte e três.-----

-----A Sr^a Vereadora Manuela Cunha tecida considerações à redacção do Artigo terceiro e quinto, perguntando se é deixada abertura à remuneração dos membros do Conselho de Administração. Respondeu o Sr. Vice-Presidente que, de imediato, não são essas as pretensões visadas, mas seria redutor para o futuro funcionamento da empresa que não houvesse essa previsão estatutária.-----

-----Perguntou a mesma autarca se o limite de três anos na renovação dos destacamentos, consignado no Artigo vinte e oito, decorre da lei, o que o Sr. Vereador Pisco dos Santos esclareceu que se trata de previsão da lei geral do pessoal.-----

-----Sob proposta do mesmo Vereador foi acrescentado ao número quatro do Artigo oito-A, a possibilidade de requisição.-----

-----A Sr^a Vereadora Manuela Cunha aludiu ao Artigo trinta e

cinco, perguntando como será feita a transmissão dos bens imóveis, tendo o Sr. Vice-Presidente esclarecido que os bens imóveis se mantêm na propriedade do Município, pelo que a empresa só fará a gestão desses equipamentos, com vista ao cumprimento da sua função.-----

-----Sob proposta do Sr. Vereador Pisco dos Santos foram introduzidas alterações ao número quatro do Artigo treze e número dois do Artigo oito-A, tendo ainda pedido esclarecimentos ao consignado nos Artigos dezanove e trinta e um.-----

-----Findo o período de debate, foi submetida a votação a Proposta de Revisão Estatutária, de que resultou dois votos contra, dos Srs. Vereadores Manuela Cunha e Pedro Pisco dos Santos e cinco votos a favor, dos restantes autarcas, pelo que foi aprovada a proposta, por maioria.-----

-----A Sr^a Vereadora Manuela Cunha leu a sua declaração de voto de vencido, do seguinte teor:-----

-----«Voto contra e faço voto de vencido à aprovação da proposta de alteração aos Estatutos da ALDESP, EM., apresentada pela maioria PS, que visa alargar o âmbito de intervenção da empresa da área desportiva para outra área, a da cultural, pelas seguintes razões:-----

-----1º - Não posso aprovar a entrega da gestão de mais equipamentos municipais, nomeadamente os da área da cultura, a uma empresa tecnicamente falida, a uma empresa que chegou sempre ao fim de cada ano do mandato anterior descapitalizada, mesmo depois de sistemáticos reforços pela Câmara Municipal, do seu capital social.-----

-----2º - A entrega de mais equipamentos municipais a esta empresa, mesmo que da área desportiva, nunca terá o meu voto favorável enquanto o novo Conselho de Administração não der provas claras de ruptura com as irregularidades e desleixos de gestão e administração que caracterizam, no mínimo, estes últimos quatro anos. Estas irregularidades que denunciei várias vezes nas reuniões do Executivo e nas minhas declarações de voto, incluem nomeadamente:-----

-----A inexistência de protocolos de transferência da gestão de património da CM para a empresa e as condições desta transferência;-----

-----A inexistência de quadro de pessoal ao fim de todos estes anos de vigência da empresa;-----

-----A total falta de informação sobre o número exacto de trabalhadores a prestarem serviço nas instalações geridas pela empresa (que também não se sabe bem quais são) e destes, quantos salários são de facto suportados pelo orçamento da empresa e quantos continuam a ser pagos pelo orçamento municipal;-----

-----A impossibilidade para o órgão de superintendência, a Câmara Municipal, de avaliar os custos de cada actividade desportiva em si, e os prejuízos ou benefícios de cada uma delas;-----

-----A não apresentação da informação semestral ou de outros documentos nos prazos previstos. Aliás, é bom relembrar que o Plano de Actividades e Orçamento para 2006 ainda não foi remetido à CMA e o prazo previsto na Lei já passou;-----

-----A não publicação dos documentos de prestação de contas em Diário da República e num jornal regional como manda a Lei.-----

-----3º - Bem que considere que esta alteração estatutária comporta alguns aspectos positivos, clarificando, em alguns pontos do seu articulado, os passos a dar para cumprimento das exigências legais, nunca poderia votá-la favoravelmente sendo o seu objectivo fundamental alargar as áreas de gestão da empresa aos equipamentos e actividades culturais, sem nenhuma discussão prévia. Esta pretensão, nunca deveria aparecer pela primeira vez neste Executivo sob forma de alteração estatutária. As implicações desta proposta na vida municipal, no funcionamento da Câmara e dos seus trabalhadores é de tal ordem que teriam merecido uma reflexão e um debate aprofundado dos órgãos municipais. A ponderação séria do assunto por todos os eleitos da Câmara e da Assembleia Municipal deveria ter sido sustentada num documento que clarificasse os objectivos desta entrega e num estudo prévio que apresentasse as vantagens e os inconvenientes

de tal proposta. Estou, aliás, convicta que este debate e esta reflexão teriam sido também muito benéficos para o trabalho do novo Conselho de Administração que, para além de herdar uma situação complexa da antiga ALDESC, EM., vai dar os primeiros passos pelos trilhos nebulosos da ALDESP, EM., cujos contornos não foram previamente bem definidos.-----

-----Mas assim não aconteceu. Mais uma vez, prevaleceu a atitude prepotente, de quem tem maioria absoluta e dispensa qualquer debate ou reflexão sobre escolhas que tem garantidas pelo voto.-

-----4º - Voto também contra esta proposta por considerar que ela vem gerar mais despesas ao município e não garante forçosamente a melhoria da oferta cultural e mais benefícios culturais à população como também não resolve a questão dos custos para o município, inerentes a estas actividades. Pelo contrário, a alteração estatutária aqui hoje aprovada pela maioria PS, vai abrir portas ao aumento das despesas com remunerações salariais que considero perfeitamente dispensáveis, tais como o salário de um administrador delegado, ou ainda as remunerações dos membros do Conselho de Administração, e não se vislumbram novas fontes de rendimento, para além dos investimentos camarários e para isso não é preciso uma empresa, ou endividamento, agravando a situação de défice tão badalada pelo Governo PS. Considero ainda imoral, num período onde se corta salários dos trabalhadores das Autarquias, em nome da poupança, abrir portas à criação de um lugar de Administrador-Delegado e à remuneração dos membros do Conselho de Administração. Afinal para que servem três vereadores a tempo inteiro e porque se deixa desperdiçar o trabalho gratuito em prol do município que os três vereadores sem pelouro poderiam dar?-----

-----5º - Voto também contra esta proposta, por considerar que ela é lesiva dos direitos dos trabalhadores da autarquia que têm vindo a desempenhar funções em equipamentos culturais do município, fragilizando o seu vínculo laboral e dando a perder o potencial que representam pela sua longa experiência e formação

que foram adquirindo nesta área. Mais, considero inadmissível os trabalhadores e suas organizações não terem sido ouvidas sobre esta matéria.-----

-----6º - Finalmente voto contra esta proposta por não vislumbrar um único benefício para a vida cultural do município e por ela consubstanciar mais um esvaziamento dos poderes e tarefas dos órgãos eleitos pelo povo, a Câmara e a Assembleia Municipal, assim como das funções e das potencialidades da Câmara, dos seus serviços e dos seus trabalhadores, isto é, desempenhar serviço, fazer e não comprar tudo feito.»-----

-----O Sr. Vereador Pedro Pisco dos Santos justificou o seu voto contra, apesar de estar de acordo quanto à filosofia de privatizar a área da cultura, o que permite conferir flexibilidade à oferta de serviços de um segmento importante da vida das populações, mas fundamentalmente porque considera essencial que viesse acompanhada do estudos técnico e de viabilidade económico-financeira, sem que essa posição se oponha ao resultado final pretendido nem ponha em causa o projecto. Só que, sem esses elementos, não pode aquilatar dos benefícios que tal gestão venha carrear à área da Cultura. Disse ainda que gostaria de conhecer o estatuto remuneratório do Administrador-Delegado.-----

-----ORÇAMENTO, PPI E PAM PARA 2006 - Com a presença do Chefe de Repartição Gilberto Xavier deu-se início à apreciação do Orçamento, Plano Plurianual de Investimentos e Plano de Actividades Municipal para dois mil e seis, previamente distribuídos a todos os autarcas e que importam em dezasseis milhões novecentos e quarenta e cinco mil euros.-----

-----O Sr. Presidente justificou a sua proposta moderada no tocante aos investimentos, atendendo às restrições a nível nacional e local, pelas quais algumas autarquias já conhecem algumas dificuldades em elaborar os seus orçamentos, o que só em parte se reflecte no nosso Concelho.-----

-----O Sr. Vereador Pedro Pisco dos Santos agradeceu a resposta

do Sr. Presidente aos seus contributos e salientou que alguma réplica aos comentários é aceitável, compreende a situação política e financeira do país e o facto das câmaras se encontrarem espartilhadas entre o défice e as necessidades públicas. Apontou a crítica ao facto do Município de Almeirim não beneficiar de nenhuma rubrica em PIDDAC e a possibilidade de ter de recorrer à banca para executar este Orçamento em dezoito, vírgula, seis por cento do seu valor.-----

-----O Chefe de Repartição presente esclareceu que os empréstimos insertos em Orçamento já estão legalmente contratados e ainda não foram utilizados.-----

-----O Sr. Presidente retorquiu que é com regozijo que ouve a opinião abalizada do Sr. Vereador e agradeceu ao Dr. Pisco dos Santos a maneira como apresentou os seus contributos a este Orçamento, não estava habituado a receber este tipo de ajuda valiosa e congratula-se por isso. E regozija-se igualmente porque, num momento em que as autarquias em geral, de todas as cores políticas, se encontram numa situação financeira muito delicada, sem possibilidade de recorrer ao crédito por força de lei, a nossa Câmara criou um fundo financeiro, aproveitando o recurso ao crédito autorizado, do qual poderá dispor para algumas obras necessárias, exactamente porque goza de boa saúde financeira que lhe permite aceder aos empréstimos, agora superiormente controlados. Todavia, se tal se mostrar necessário, em benefício da população deste Concelho, não deixará no futuro de voltar a recorrer ao crédito, para não perder investimentos que, só por si, a autarquia não tem capacidade de promover.-----

-----O Sr. Vereador Pisco dos Santos perguntou se as ETARs de Tapada, Raposa e Azeitada são uma obra única, ao que o Sr. Presidente respondeu que são três empreitadas diferentes, e se as novas captações de água têm a ver com a ligação da vala ao Tejo, ao que o seu interlocutor respondeu negativamente. Disse ainda que lamenta que não se ponderasse a criação de uma Biblioteca em Fazendas de Almeirim, que conta com uma população

residente e escolar considerável.-----

-----O Sr. Presidente respondeu que este tipo de equipamento passa por fases demoradas, como o projecto, a obtenção de meios financeiros, concurso, execução e, porque reconhece o mérito da proposta, para obviar a um prolongado processo, tem em vista uma solução que passaria pela instalação da Casa da Cultura, se for possível resolver o problema com o proprietário.-----

-----O Sr. Vereador Pedro Pisco dos Santos aludiu ainda à verba destinada ao Centro de Fabrico de Enchidos e à possibilidade de criação de um Corpo de Intervenção Permanente nos Bombeiros.----

-----A Sr^a Vereadora Manuela Cunha perguntou que edifício se prevê como prioritário na verba para a construção de novas escolas, já que houve um compromisso assumido com o Ministério quanto à pré-primária de Foros de Benfica.-----

-----O Sr. Presidente respondeu que há três prioridades, ainda não concretamente definidas, dependentes da disponibilidade de fundos e do projecto, sendo que temos já atribuídos fundos da Reserva de Eficiência. Disse ainda que, em reunião com o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Benfica do Ribatejo, este lhe transmitiu a opinião de não fazer a escola nos Foros de Benfica e transferir os miúdos para a escola de Benfica.-----

-----A mesma autarca disse que a sala livre na escola de Cortiços tem candidatura apresentada para a rede de Bibliotecas, ao que a Sr^a Vereadora Joana Silvestre respondeu que todas as candidaturas estão suspensas, por falta de verba.--

-----A Sr^a Vereadora Manuela Cunha observou que os parques dinheiros do Orçamento se devem à opção do Governo em limitar o apoio às autarquias mas, em números concretos, em relação ao Concelho de Almeirim, não há diferenças muito pronunciadas. Disse que há prioridades neste Orçamento que não compreende, como por exemplo, que para a rede de arruamentos para a freguesia de Benfica do Ribatejo estejam previstos cinquenta mil euros, o mesmo que para a cooperação com os PALOP.-----

-----O Sr. Presidente, dirigindo-se à Sr^a Vereadora, disse que, através da Sr^a, agradecia ao Partido Os Verdes, a posição que

tem mantido em defesa das autarquias, mormente em face da política de restrição do Governo.-----

-----O Sr. Vereador Pisco dos Santos referiu que vem sendo dilatado o prazo, desde dois mil e um, para o projectista apresentar o projecto para o Pinhal do Bacalhau, ao que o Sr. Presidente esclareceu que vai ser dado mais prazo, porque o recém eleito Presidente da Junta de Freguesia de Benfica do Ribatejo tem uma opção diferente para o local, pelo que, neste momento, está suspenso o trabalho. A Sr^a Vereadora Manuela Cunha concluiu a informação de que o actual autarca de Benfica chegou à conclusão que o que estava previsto em projecto não corresponde às necessidades actuais da população.-----

-----Não havendo mais intervenções, foram postos à votação aqueles instrumentos financeiros, tendo sido aprovados por maioria, com a abstenção da Sr^a Vereadora Manuela Cunha, o voto contra do Sr. Vereador Pisco dos Santos e cinco votos a favor dos restantes autarcas.-----

-----A Sr^a Vereadora Manuela Cunha declarou que se absteve por considerar que neste Orçamento, que não seria por certo o da CDU, os investimentos prioritários não vão tanto quanto deveriam ao encontro das necessidades prioritárias das populações, no entanto e com excepção da obra para a Encherim, considera que o resto previsto, caso venha a ser executado, também não irá lesar a população.-----

-----O Sr. Vereador Pedro Pisco dos Santos justificou o seu voto contra, dado que este não seria o Orçamento apresentado pelo PSD, em virtude das suas prioridades divergirem de algumas apresentadas pelo executivo municipal. Apesar de ser um Orçamento que, dentro das limitações financeiras actuais vem de encontro à realidade e apesar de algumas propostas apresentadas, pensa que representa mais as intenções, do que o que pode ser concretizado.-----

-----REGIMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL - Foi submetida a apreciação a proposta de Regimento da Câmara Municipal de Almeirim,

complementada com a proposta apresentada pelo Sr. Vereador Pisco dos Santos e que visa introduzir três novos artigos, numerados de catorze a dezasseis.-----

-----Os novos artigos foram votados individualmente, tendo sido aprovada por unanimidade a redacção dos dois primeiros e por maioria a redacção do último, com a abstenção da Sr^a Vereadora Manuela Cunha.-----

-----Esta Vereadora opinou que neste Regimento há questões que não fazem sentido, como o término, porque as reuniões acabam quando tiverem que acabar e não às dezoito horas. Tem havido um certo bom senso neste aspecto, porque se não, teriam de haver mais reuniões extraordinárias. Esta disposição pode ficar no texto, mas depois não se faz uso dela, do mesmo modo que o Período do Público, que em termos de duração é teórico e quase descabido. Também o Artigo que determina que cada orador tem cinco minutos por tema, pode ficar mas não faz sentido, porque na prática não vai ser usado.-----

-----O Sr. Presidente respondeu que as reuniões de Câmara devem ter um regimento, ainda que na prática seja flexibilizado, em função das necessidades. Os contributos apresentados pelo Dr. Pedro Pisco dos Santos, mais uma vez revelam a sua intenção de querer colaborar para a melhoria do funcionamento do órgão executivo, com a introdução de articulado que ajuda a clarificação de certas situações. E agradece particularmente a previsão estatuída no Artigo dezasseis, porque vem clarificar muito o que é importante na gestão destas reuniões de Câmara. O mérito dessa clarificação, na prática, vai transformar-se em muito difíceis momentos que se vão viver nesta Câmara, embora tenha tão-só transcrito o que está plasmado na lei, nas actas fica muito pouco do essencial e muito do que é acessório.-----

-----Submetido a votação, foi o Regimento aprovado por maioria, com a abstenção da Sr^a Vereadora Manuela Cunha.-----

-----BOLSAS DE ESTUDO - Com vista à atribuição de bolsas de estudo a alunos do ensino superior, o executivo deliberou fixar

prioristicamente os seguintes critérios:-----

-----a) Os candidatos a quem foram atribuídas bolsas de estudo no passado, continuam a ser bolseiros até acabar os cursos, se mantiverem as condições financeiras e aproveitamento; b) instituir dez bolsas de estudo ou três mil euros de limite mensal; c) fixar uma penalização de cem euros por cada disciplina atrasada; d) que a cumulação da bolsa de estudo municipal com qualquer outra recebida não exceda os quatrocentos euros mensais; e) após apuramento dos candidatos previstos em a), incluir novos candidatos até perfazer o limite de três mil euros mensais.-----

-----Após apuramento dos concorrentes será presente a listagem dos beneficiários das bolsas de estudo.-----

-----2 - PESSOAL-----

-----DISPENSA DE ESTÁGIO - Foi presente a Acta do Júri do Estágio para provimento de um lugar de especialista de informática de grau um, nível dois, na qual aquele colectivo considera estarem reunidos os requisitos de dispensa de estágio de ingresso na carreira, do único estagiário António Joaquim Veríssimo Pisco, em virtude do mesmo ter prestado serviço à autarquia na mesma área funcional, desde Janeiro de dois mil e três até agora, ao abrigo de um protocolo de cooperação com o Instituto Politécnico de Santarém.-----

-----Esta acta é acompanhada dos documentos probatórios de que o candidato pode beneficiar da dispensa de estágio, por satisfazer as condições necessárias para o efeito.-----

-----A Câmara deliberou homologar, com efeitos retroactivos ao início do estágio, por maioria. Não participou nesta deliberação o Sr. Vereador Pedro Ribeiro, por ter feito parte do júri do concurso e se considerar, por isso, impedido.-----

-----Abstiveram-se os Srs Vereadores Pedro Pisco dos Santos, devido a ser um acto de um processo do mandato anterior e a Sr^a Vereadora Manuela Cunha que acrescentou não discordar da

dispensa do estágio, mas da forma processual com que decorreu. Referiu ainda o facto da deliberação estar a ser tomada depois da dispensa ser publicada em Diário da República, com base na primeira deliberação.-----

-----Às dezoito horas e quarenta e dois minutos foi encerrada a reunião.-----

-----E eu, _____, Chefe de Repartição desta Autarquia, elaborei a presente acta, que mandei lavrar e subscrevi a qual vou assinar com o Senhor Presidente.--

O Presidente da Câmara

A Chefe de Repartição
